

MANUEL CARVALHO DA SILVA

TRABALHO E COMPROMISSO NAS
ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES

RESTAURAR A EUROPA
O PAPA FRANCISCO DIZ-NOS COMO

A ALEGRIA DE AJUDAR
DESDE OUTUBRO DE 2015 QUE O FORUM ABEL VARZIM TEM
PROMOVIDO A DISTRIBUIÇÃO DE REFEIÇÕES A FAMÍLIAS
CARENCIADAS DA ZONA DA GRAÇA



Trabalho e compromisso nas organizações dos trabalhadores

CONFERÊNCIA PROFERIDA POR MANUEL CARVALHO DA SILVA, NA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, EM 6.05.2016 NUMA ORGANIZAÇÃO DO FORUM ABEL VARZIM E LIGA OPERÁRIA CATÓLICA

Quero cumprimentar e agradecer ao Forum Abel Varzim e aos seus dirigentes o convite que me fizeram. Também à Liga Operária Católica e ainda à Fundação Gulbenkian, que tem estado sempre disponível para receber iniciativas de debate atual na sociedade. E eu julgo que o tema TRABALHO é sempre atual.

O TRABALHO É CENTRAL NA ECONOMIA E NA SOCIEDADE

Vou respeitar o tema que me foi proposto, mas deixar-vos alguns conteúdos, propostas e perspetivas de ação mais amplos. Todos sabem em que área de pensamento me situo e qual minha experiência. E é com isso que podem contar. Irei expor ideias a partir de alguns slides que preparei.

Começo por vos trazer quatro citações que me parecem de significativa importância nos tempos que correm. A primeira, da Declaração de Filadélfia – da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – que, já em 1944, na sua alínea a) inscreveu: «O Trabalho não é uma Mercadoria». A OIT vai comemorar, em 2019, 100 anos e já está estabelecido que o grande tema do Centenário será “O Futuro do Trabalho”. Há um conjunto de atividades previstas e eu acho que todas as Instituições e Organizações que de algum modo se debruçam sobre a temática do trabalho devem dar grande atenção a este debate, que é da maior importância. É preciso lembrar que para se chegar à Declaração em 1944, a um ano do fim da II Guerra Mundial, foi realizado um debate político muito significativo. Vários destacados dirigentes mundiais (Churchill, Roosevelt, entre outros) reconheciam o esgotamento da Sociedade das Nações e interrogavam-se sobre o que poderia ser feito. Reconheceu-se que os fundamentos e princípios que enformavam a OIT podiam ser muito importantes para o debate acerca do que deveria ser a reconstrução das Instituições Supranacionais. Assim, foi realizada a Conferência de Filadélfia. Quem ler a sua respetiva Declaração entenderá, por exemplo, a relação profunda entre o seu conteúdo e o que veio a ser a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Como todos sabemos, a OIT foi criada no rescaldo da Primeira Guerra, em Versailles. Foi aí assumido que o desequilíbrio entre o Capital e o Trabalho era grande causa de destabilização das sociedades e, portanto, também causa da guerra. Para haver Paz, eram precisos outros compromissos. A imensurável conquista que significa dizer «O Trabalho não é uma Mercadoria», e o que isso projetou para depois, foi notória! Foi disso exemplo, a integração da OIT como estrutura especializada dentro do sistema das Nações Unidas. Muitas vezes fazem-se afirmações simplistas dos trinta gloriosos anos do desenvolvimento da Europa ocidental, sem ter tudo isto em conta.

Qual o lugar do trabalho e o que significa hoje para as sociedades? E o que pode ser desenvolvido como compromissos, a partir do trabalho?

Deve fazer-se um debate profundo sobre o lugar do Trabalho e a sua relação com o Estado Social. E, se quisermos ser mais profundos ainda, relacionar a dignidade do trabalho com o que é um Estado Moderno, ou seja, um Estado Social de Direito Democrático.

A segunda citação é a que o Forum Abel Varzim usa, em que Abel Varzim, em 1943, afirma «A Economia é que deve submeter-se às necessidades da vida Humana». É uma afirmação que marca o pensamento do homem de ação que aqui homenageamos.

A terceira citação remete para uma afirmação do Papa Francisco, quando afirma que temos «uma economia que mata», inserida na sua análise sobre os problemas económicos, sociais e políticos que marcam a sociedade atual.

A quarta citação é de um pensamento de José Saramago, que



diz «Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir». O conceito de responsabilidade é hoje um conceito chave no “debate” que urge fazer na sociedade.

Hoje, a dignidade do trabalho é posta em causa em muitas situações concretas mas, fazendo-se uma comparação entre o que era o trabalho quando eu era jovem e o que ele é hoje, temos de reconhecer que andámos tanto, tanto, para aquilo que são as condições atuais. Tomemos precauções para não se regredir!

DIGNIDADE DE TRABALHO UMA CONQUISTA

O trabalho, em todo o seu espaço e tempo – ou, no plural, em todos os espaços e tempos – bem como as relações de trabalho, estão sempre carregadas de conteúdos e de dimensões normativas e processais que têm, necessariamente, articulação com o económico, o social, o cultural e o político. Discutir o trabalho e as relações de trabalho abaixo de paradigmas da economia, cujo enfoque incide em lógicas neoliberais, é uma amputação absoluta do que é o lugar do trabalho. Depois, temos o grande desafio de identificar e desconstruir as causas das precaridades e das inseguranças, vendidas

como algo de modernidade, quando na verdade não o são. Vivemos numa sociedade em que um conjunto de instabilidades e de riscos estão incessantemente a ser produzidos. E ao trabalho chega essa imensa insegurança e instabilidade. Sem dúvida que a maior parte dos gestores e empresários, pequenos, médios e até alguns grandes, que tem as suas atividades estruturadas numa lógica de produção de bens e serviços úteis, confrontam-se diariamente com problemas imensos, cargas de insegurança, instabilidades causadas pelo sistema financeiro, pelas pressões do “prazo” de

“A AFIRMAÇÃO DO COLETIVO SOBRE O INDIVIDUAL, NÃO É NO SENTIDO DE NÃO RESPEITAR O INDIVIDUAL. EM ÚLTIMA INSTÂNCIA, SE O COLETIVO NÃO SE SOBREPUSER SOBRE O INDIVIDUAL NÃO HÁ HUMANIZAÇÃO NA SOCIEDADE.”

entrega das encomendas, por mil e uma coisas. Manipulações que os grandes grupos fazem sobre os mais pequenos. Enfim, enormes e diversos problemas que é preciso resolver. Mas nós não podemos aceitar que a sua resolução seja entregue à receita simplista de passar toda a insegurança e instabilidade para o lado do trabalho, pedindo depois aos trabalhadores que se flexibilizem e adaptem. Que adaptem a espinha (a coluna vertical

da vida) para poderem ter as flexibilidades necessárias, eles e as suas famílias. Isto não poder ser!

SINDICATOS, PARTICIPAÇÃO E COMPROMISSO

Na sua origem, os Sindicatos começaram por ser coligações ilegais de operários que se foram afirmando como organização coletiva. A afirmação do coletivo sobre o individual não era entendida no sentido de não respeitar o individual mas porque, em última instância, se o coletivo não se sobrepuser ao individual não há humanização na sociedade.

Os sindicatos foram, desde a sua génese, movimentos de solidariedade, com interpretações diversas sobre o que é a solidariedade, conforme o pensamento formador dos movimentos sindicais. Por exemplo, os movimentos ligados à Igreja Católica são herdeiros de um determinado conceito de solidariedade que não é coincidente em absoluto com os conceitos de muitos outros movimentos.

A solidariedade foi e é uma palavra-chave para os Sindicatos. Estes são movimentos sociais, embora com características específicas. Não há movimentos sociais “adaptados”, domesticados. Os movimentos sociais para o serem têm sempre de por em causa relações de poder existentes e afirmarem caminhos

de recomposição ou formação de novas relações. E muitos Sindicatos foram, também eles, muitas vezes movimentos mutualistas.

E o que eu acho que hoje é preciso? Nas condições atuais, vemos como recuperar o lugar transformador dos Sindicatos. Ora, isto já tem a ver com ação, ou seja, com o compromisso que devemos ter nas organizações. Como é que evoluímos na solidariedade? O que é hoje o Estado Social? Quais são os mecanismos de resposta em cada uma das suas áreas? Como se trata o social? Quais os mecanismos que substituem o conceito mutualismo em que eles também se fundaram?

Devemos ser elementos ativos no encontrar destas respostas.

25 DE ABRIL: OS 2 PILARES DE TRANSFORMAÇÃO

Quando relembramos a realidade do nosso país, em abril de 1974, nas mais diversas áreas - na saúde, na educação, na proteção social, na estruturação da economia, na criação de infraestruturas, etc -, constatamos que tivemos mudanças profundas. Beneficiámos de conquistas extraordinárias. Em que é que elas se sustentaram? Do meu ponto de vista, houve claramente dois pilares estruturantes. Em primeiro lugar, uma Democracia intensiva, onde as liberdades foram vividas com participação e com responsabilização. Podem identificar-se exageros aqui, conflitos ali, tensões e confrontos em determinadas matérias ou áreas (com relativa dimensão), mas existia uma atuação extraordinariamente responsável, quer do ponto de vista individual, quer coletivo. E sempre o compromisso na ação. As pessoas comprometiam-se participando e o compromisso era entre todos. Veja-se o que foi realizado no plano sindical, no Poder Local e o que foi a participação de todas as forças políticas. As transformações profundas aconteceram porque houve compromissos e capacidade para fazer compromissos.

O segundo pilar foi a **Constituição da República**. Acho que aconteceu uma coisa extraordinária num período muito curto de tempo - o que demonstra que a sociedade portuguesa, na sua luta de protesto contra a ditadura, na organização de mudanças tinha preparado Quadros - ter-se eleito e colocado em pleno funcionamento a Assembleia Constituinte, órgão capaz de interpretar o que se passava na sociedade e os anseios que estavam todos os dias a ser manifestados pelo povo. Os

constituintes produziram uma Constituição que foi um fortíssimo ancoradouro para várias coisas. Contribuiu para evitar apetências de retrocesso e de roturas, permitiu gerir conflitos, gerar convergências para se desenvolverem, na sociedade, ações a partir de compromissos concretos. E sempre com um sentido de integração e de harmonização no progresso. A Constituição da República Portuguesa é, positivamente, auspiciosa, ou seja, apresenta-nos a perspetiva de uma sociedade inequivocamente melhor para as novas gerações. E uma Constituição deve ser auspiciosa, não deve ser de submissão. No entanto, é preciso estarmos atentos porque existem por aí algumas vozes a apelarem a consensos para que a Constituição consagre o estado de exceção económico/ financeiro, ou para que se consagre uma certa atualização, diria subjugação, a uma lógica de mercantilização do trabalho e das relações das nossas vidas. Nós não podemos aceitar isso.

“QUANDO ESTAMOS NA EMERGÊNCIA DUMA NOVA ERA, E SITUANDO-ME APENAS NUMA VISÃO INSTITUCIONAL REFORMISTA, É PRECISO OBSERVAR QUE HÁ VALORES, HÁ DOGMAS E INSTITUIÇÕES ESGOTADAS E HÁ PODERES QUE DE FACTO NÃO SÃO RESPONSABILIZÁVEIS: AS MULTINACIONAIS, AS TROICAS, ETC., ETC.”

Portanto, estes dois pilares (Democracia intensiva e Constituição) continuam, do meu ponto de vista, a ser fundamentais para trilharmos caminhos com futuro.

O grande consenso que é preciso na sociedade portuguesa passa pela Constituição e pelos compromissos necessários à sua efetivação, em áreas concretas, a partir de diferentes interpretações. As interpretações não devem ser únicas, elas devem ser diferenciadas. O que é preciso é expor dissensos, antes de definir compromissos. Compromissos necessários para conceder efetividade nas áreas concretas do progresso social e humano.

O CONTEXTO ACTUAL

Falemos de alguns grandes bloqueios com que nos deparamos e, para romper com eles, da necessidade imperiosa de se articular a agenda social e política. E vamos refletindo sobre como se poderão construir respostas.

Vivemos num mundo onde as centralidades económicas, políticas e culturais estão a alterar-se rapidamente e onde são cada vez

mais fortes os impactos da automatização e da utilização das novas tecnologias.

Simultaneamente, surgem fortes ondas de novos os impactos da automação. Ela vai por em causa, ainda mais, elementos estruturantes da organização do trabalho e da sua prestação. Mas as tecnologias são apenas um instrumento humano, não podem ter outros determinismos.

Quando vivemos no emergir duma nova era, e situando-me apenas numa visão institucional reformista, é preciso observar que há valores, dogmas, Instituições esgotadas, e poderes de facto que não são responsabilizáveis: as Multinacionais, as Troicas, etc., etc. Como é que nos equilibramos no meio disto? Temos milhões de pessoas a chegar aos mercados de trabalho. E nesta realidade, com cargas positivas extraordinárias, estão os movimentos migratórios. Os processos de recomposição demográfica estão a fazer-se via processos migratórios. Já agora, permitam-se mais uma ressalva: penso sinceramente que se a União Europeia não for capaz de dar uma resposta positiva ao problema dos refugiados, o próprio projeto Europeu não tem futuro, uma vez que vai acentuar-se uma visão dicotómica que é demolidora, colocando todos contra todos.

Por outro lado, estamos em vésperas de termos de tratar pela positiva - imperiosamente a sociedade vai ter de o fazer - algumas das suas grandes conquistas, como por exemplo, o aumento da esperança de vida, que é a maior conquista nos últimos 120/130 anos, e que continua a ser tratada como um fardo.

Ao mesmo tempo, temos o aumento quantitativo e qualitativo das mulheres no trabalho e na sociedade, a implicar mudanças significativas. E somos desafiados a descobrir novos paradigmas para a economia. Há que descobrir formas de produzir bens e serviços úteis ao desenvolvimento humano. Como disse a Prof. Manuela Silva há muitos anos, bastava utilizar-se um bocadinho da riqueza disponível e era possível criar milhões e milhões de postos de trabalho úteis e altamente valorizados. Basta ver os riscos e os bloqueios que temos, desde o ambiente à ecologia, ao social, à impunidade dos sistemas fiscais, etc. etc., para concluirmos que muito emprego útil pode ser criado.

No trabalho, precisamos de assegurar condições para o valorizar, ou seja, garantir o trabalho digno. E tudo isto significa abertura de espaço a novas organizações económicas e sociais. Em Portugal, um dos debates mais prementes para responder às questões do



emprego com desenvolvimento de atividades úteis, seria propor-se uma discussão envolvendo o confronto de posições, de forma a criarmos uma autêntica revolução em relação à economia social, à economia solidária e ao 3º Setor, que poderia ter um papel extraordinário. O seu espaço vem sendo aumentado com a entrada de atividades e de jovens qualificados, atividades muitas vezes feitas por pessoas que trabalham por conta própria ou em estruturas muito pequenas. Do meu ponto de vista, se houvesse um movimento forte do Poder Local, do movimento cooperativo, das IPSS's e de outras estruturas, se estas entrassem fortemente nisto, com uma discussão séria, podia abrir-se espaço para resolver alguns problemas significativos no plano social mas, sobretudo, para criar emprego e desenvolver atividades úteis para a sociedade. E ter presente o objetivo de garantir o Estado Social de Direito Democrático. Sem Estado de Direito, há trabalho, mas não há emprego.

ENTORSES, TENSÕES E DINÂMICAS

Portugal tem o seu presente e o seu futuro próximo muito associados ao caminho traçado pela da União Europeia. Estamos numa União Europeia que persiste na perigosa divisão dicotómica entre malandros e diligentes, entre velhos e jovens, e entre os que têm trabalho contra os que não têm. A persistência numa abordagem dicotómica - que é a arma do Neoliberalismo na sua penetração na sociedade - só serve uma harmonização no retrocesso.

Portugal integrado no projeto Europeu, onde é natural que haja momentos de grande tensão e discussão, como vai ver assegurada a sua Soberania? Estamos ou não estamos a ceder soberania? Quais são os perigos? Como é que podem ser partilhados?

Alguma da soberania que estamos a perder não é entregue a Instituições credenciadas da Comunidade. Ela é entregue aos mercados. Ora, eu acho que não há Democracia com Soberania entregue aos mercados, seja para gestão direta destes, seja para gestão de tecnocratas que, em vez de desenvolverem a sua ação debaixo da responsabilidade política, se entregam às orientações do poder económico/financeiro.

Ouvi um Ministro, a quem reconheço formação democrática, dizer com muito à vontade, a propósito das recentes movimentações dos taxistas, uma coisa mais ou menos deste tipo: «não me preocupam as manifestações». Ora quando os governantes dizem que, os protestos, as reivindicações dos povos, sejam eles trabalhadores ou outros, não contam, quando um governante diz que as manifestações não contam, então temos de perguntar o que é que conta? Os interesses dos mercados e de especuladores? Nunca vi uma manipulação tão grande sobre o que é o interesse nacional. No discurso oficial dos governantes, até do Presidente da República anterior, o interesse nacional é sinónimo de imposições dos mercados, dos nossos credores, etc.

Não digo que nós não tenhamos que reconhecer os condicionalismos inerentes a essas dependências, agora dizer que isso é o interesse nacional e fazer ouvidos moucos aos protestos do povo, não!

Estive, há pouco tempo, na abertura de um curso sobre Contratação Coletiva onde a minha amiga Maria da Paz Campos Lima fez uma pertinente observação, a partir de um estudo que tem desenvolvido. À luz dos Tratados Europeus, tudo o que são normativos a que estamos sujeitos, as políticas sociais e as políticas de trabalho, são da responsabilidade de cada Estado. É isto que está escrito. Na União Europeia vemos, por práticas concretas, os países do norte e centro da Europa serem rigorosíssimos em relação a isto. Mas aos países que estão em situação de dependência, ou seja, que podem ser chantageados a partir da dependência financeira e em nome do combate aos seus problemas, querem impor que se destrua a Contratação Coletiva, que não se atualize o Salário Mínimo e que não se atualizem Pensões. Reiteremos todos, desde os Órgãos de Soberania à Opinião Pública Portuguesa, o direito inalienável a definirmos as políticas de trabalho e as políticas sociais. É da nossa responsabilidade, a construção de mecanismos para a justiça social, para as relações de trabalho e para o modelo de desenvolvimento que queremos seguir.

O CAPITALISMO NEOLIBERAL EM PORTUGAL

Quando observo o desenvolvimento do sistema em que vivemos, o Capitalismo Neoliberal em Portugal, sou conduzido a por em relevo seis aspetos. O primeiro, é a constatação de que as políticas que têm sido seguidas nos últimos anos, em particular as políticas austeritárias, produzem e acentuam desigualdades. E enquanto andarmos neste processo de produção e acentuação de desigualdades, não haverá travões para as crises. As crises suceder-se-ão uma atrás das outras.

A segunda observação, pego nela a partir de um trabalho feito por um grupo de jovens economistas (Ana Santos, João Rodrigues, Nuno Teles), que fazem uma análise assente em três áreas - águas, construção civil e Segurança Social - e sobre como se foram efetuando reformas na

“... O NOSSO PAÍS PORTUGAL, ACHO QUE O SEU PRESENTE E FUTURO PRÓXIMO ESTÃO MUITO ASSOCIADOS AO CAMINHO, AO FUTURO DA UNIÃO EUROPEIA. ESTAMOS NUMA UNIÃO EUROPEIA QUE PERSISTE NA PERIGOSA DIVISÃO DICOTÓMICA ENTRE OS MALANDROS E OS DILIGENTES, DOS VELHOS CONTRA OS JOVENS, OS QUE TÊM TRABALHO CONTRA OS QUE NÃO TÊM,...”



organização e na estrutura económica. É preocupante a conclusão a que chegam. Na maior parte daquilo que se apresenta como reformas de estrutura económica, o que observaram com grande realce foi um processo de financeirização do capitalismo português. A economia submetida à financeirização. As “reformas estruturais” carregadas de mentiras e de armadilhas.

Um terceiro aspeto prende-se com a existência de uma dinâmica de introdução de relações mercantis, quer no trabalho, quer nas relações sociais em geral, que é destrutiva. Não é possível manter-se equilíbrios e desenvolver-se a sociedade, se tudo mercantilizarmos. Há dimensões do trabalho, das relações éticas e expressões de dignidade que têm valor próprio. Elas são absolutamente indispensáveis para que o trabalho possa ser útil e possa ser produtivo, mas não são passivas de ser contabilizadas numa lógica financeira neoliberal.

É impensável no trabalho, assim como na família! Esta mercantilização é destrutiva. A família precisa não apenas de interação – a interação no seio da família já é difícil, todos nós sabemos que quando estão três ou quatro membros da família à mesa, cada um com o seu telemóvel, a interação é quase nula – mas também de comunhão, precisa de partilha.

E mesmo em relação à Empresa (numa perspetiva de pensamento de vários matizes do capitalismo) não tenho dúvida em afirmar que a Empresa, nessa formulação mercantilizada, é negada como comunidade. E o equilíbrio entre o individual e o coletivo é absolutamente indispensável. Há funções e missões que a Empresa tem a desempenhar que não são passíveis de se realizar se não houver

respeito pela sua expressão de comunidade.

Um quarto aspeto é que a emigração e o desemprego envelhecem e incapacitam o país. É fundamental mobilizar os portugueses para o compromisso de fazer tudo o que for possível para travar a emigração e se conseguir começar a reverter o saldo demográfico.

Um quinto aspeto é que nós vivemos numa dinâmica – não é exclusivo do nosso país – em que a maior parte do roubo é legal. À luz de princípios éticos, muitas vezes a Lei é uma mentira, ou suporta mentiras e suporta ilegalidades. A vida, dir-me-ão, não é só ética. Pois, mas também não é só o resto. E assim, não é possível resolver uma série de problemas do país. Aquilo que é de pertença da generalidade dos cidadãos é retirado sem razão, sem fundamento, a favor de alguns.

Começa logo pelo trabalho, mas não é só no trabalho. Isto é um saque, é a apropriação indevida de riqueza que pertencia à comunidade.

O sexto e último aspeto que quero destacar é o da utilização contínua da ideia de que o Estado é gastador, para camuflar o desvio daquilo que é de todos. Em regra utilizam dois argumentos: o de que o Estado é gastador; e o de que agora não é

tempo de cumprir direitos adquiridos. É aqui que entra a observação sobre a importância que fiz há pouco acerca do papel da Constituição da República.

**MUITAS VEZES A LEI É UMA MENTIRA,
OU SUPORTA MENTIRAS E SUPORTA
ILEGALIDADES, À LUZ DE PRINCÍPIOS ÉTICOS.
À, A VIDA NÃO É SÓ ÉTICA, POIS, MAS TAMBÉM
NÃO É SÓ O RESTO. E, PORTANTO, NO NOSSO
PAÍS NÃO É POSSÍVEL RESOLVER UMA SÉRIE
DE PROBLEMAS SE CONTINUARMOS COM ISTO**

**COMPROMISSOS PARA UM NOVO IMPULSO DE
DESENVOLVIMENTO**

Posto isto, vou passar à última fase desta exposição, falando um pouco mais sobre compromissos. Aquilo que eu acho que é possível e pelo

qual nos devemos bater e que consiste num novo impulso para o desenvolvimento.

Deixo-vos algumas ideias sobre como me parece que se pode trabalhar para criar e produzir emprego útil. Primeiro, é fundamental situar com rigor a situação da estrutura económica: vemos as nossas capacidades no contexto que aqui abordamos; vemos como libertar recursos para o investimento – e por recursos não falo só da descoberta de novos fundos pois, muitas vezes, é com fundos que já existem; ver o que se pode fazer de útil em políticas de formação, científica, fiscal, de crédito, etc. Nas políticas Europeias tem sido um despejar de dinheiro, aos milhares de milhões sobre o sistema financeiro, só que o dinheiro segue canalizado para a especulação em grande medida e não chega onde devia chegar – às pessoas, às organizações, às empresas, que possam ter a tal utilização útil de que falámos.

Há tanta coisa que se pode fazer! Ainda um destes dias participava num debate sobre “Direitos Humanos, Direitos Urbanos”, e sobre as capacidades e possibilidades de ação de uma Autarquia e de uma grande cidade, como é o caso de Lisboa. Com as responsabilidades que lhe estão atribuídas, e com as capacidades que têm – se utilizadas em conjugação, de acordo com opções bem definidas, com mobilização, com articulação daquilo que existe para agir – é possível fazer, com menos recursos, muito mais do que atualmente se faz. Onde é que está a chave? No envolvimento, na participação, na responsabilização das pessoas e das organizações.

DIGNIDADE, CIDADANIA E DEMOCRACIA

Dar um primado à Economia e à Política é fundamental para estabelecermos compromissos de ação, é não permitirmos

que as políticas de emergência adotadas em nome da crise passem a normalidade. Não se pode permitir isso. É uma batalha decisiva: no Trabalho, na Saúde, na Educação, na Segurança Social. Ou se ganha resistindo nestas áreas nos próximos 3 ou 4 anos, ou poderemos ter um retrocesso muito grande. Que se façam alguns acertos e re-acertos, sim senhor, mas não podemos aceitar que a emergência se torne normalidade.

Por outro lado, é preciso uma discussão sobre a valorização do trabalho e do Não Trabalho. Nós temos que ser preparados para ser bons trabalhadores mas, além de trabalhadores, somos cidadãos e seres humanos. Precisamos, e muito, de valorizar o trabalho por razões de justiça social, daquilo que emerge da própria função do trabalho

“NÓS SE FORMOS VER A DINÂMICA QUE SE GEROU NA SOCIEDADE, QUE LEVOU A CRIAR ACELERAÇÕES NO TRABALHO AUTÁRQUICO, QUE CRIOU TANTAS ORGANIZAÇÕES RECREATIVAS, CULTURAIS, ATIVIDADES DIVERSAS, COMISSÕES DE MORADORES, E QUE REVITALIZOU A SOCIEDADE, ISSO É ESPAÇO DO NÃO TRABALHO.”

mas, acima de tudo, porque o trabalho é estruturante para toda a nossa vida. Ele é central na economia, mas também na sociedade. E nós precisamos de condições para o tempo do Não Trabalho. Não Trabalho, não é lazer. Também lá cabe o lazer, e com razão, mas o tempo do Não Trabalho é o tempo da cidadania, da atividade cívica, familiar e política, é o tempo dos compromissos em várias áreas. Uma vez estava a conversar com o Moniz Pereira – treinador de atletismo, que morreu há pouco tempo –, falávamos sobre as mudanças na área em que ele trabalhava, que eram os atletas de meio fundo e fundo.

Dizia ele que aquela abertura, aquele impulso participativo a seguir ao 25 de abril tinha dado tanto jeito, que tinha aparecido tanta gente. Se analisarmos a dinâmica que se gerou na sociedade, que impulsionou acelerações no trabalho autárquico, que criou tantas organizações (recreativas, culturais, de atividades diversas, comissões de moradores), e que revitalizou a sociedade, isso é espaço do Não Trabalho.

A intervenção política e cidadã é espaço do Não Trabalho. Naturalmente, seremos chamados a discutir outras concessões sobre o que é o tempo de vida ativa, e a encontrar outras formas de valorização, fora do quadro que temos formatado, mas aí de nós se não fizermos uma forte pressão para valorizar o trabalho de forma a suportar o emprego e salários dignos. E a redução do tempo de trabalho irá também colocar-se com muita força.

COMPROMISSO NAS ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES

Quanto ao compromisso nas organizações de trabalhadores, questão presente em toda a exposição, acho que este deve ser um compromisso nas causas, deve ser um compromisso nas vidas das estruturas, nos sindicatos, nas comissões de trabalhadores, e naquilo que vier a ser a reformulação do trabalho. O trabalho continua Central. As pessoas vão continuar a ter de se organizar em função da sua condição de trabalhadores, se não, como diz o povo, “estão lixados”. O compromisso tem de ser um compromisso na ação. Não pode ser apenas um compromisso de acompanhamento. É preciso articular a reflexão, o compromisso no pensamento, na construção da proposta e na sua execução.





**“ ...NÓS PODEMOS
TER MEDO, TER MEDO
NÃO FICA MAL A
NINGUÉM, É PRECISO
É TER A NOÇÃO DO
PERIGO E SERMOS
CONSCIENTES.**

**SENTIRMO-NOS
INCOMODADOS COM
ISTO E REAGIRMOS.
NÃO NOS
SUBMETERMOS.”**

TEMAS ESTRUTURAIS NO TRABALHO

Três grandes temas estruturais, em relação ao trabalho.

O Direito do Trabalho. É preciso “rever”, para revitalizar a sua função histórica. Rever não, visitar e dar-lhe centralidade. Há uma identidade de origem e de percurso entre estes temas estruturantes que enuncio: Direito do Trabalho; Negociação Coletiva; e Evolução do Sindicalismo. Andam sempre a par e constituem, na sua articulação, uma aquisição extraordinária e inalienável das sociedades modernas.

A Negociação Coletiva carece de um enorme debate. Esta é absolutamente indispensável para a articulação destes três objetivos: Justiça Social, Liberdade e Democracia. É apresentada às pessoas, e em particular aos trabalhadores, a ideia de que a contratação coletiva é algo anacrónico, algo já velho. É “uma carga coletiva que está ultrapassada”. Ora, a contratação coletiva é a base da estruturação equilibrada da liberdade individual e da proteção às fragilidades do ser humano trabalhador. Nós, seres humanos, devemos ser livres, devemos fazer tudo para ser livres, mas nós temos fragilidades. Cada um de nós tem fragilidades. Nós podemos ficar doentes, nós temos compromissos de família, podemos ter problemas diversos de perda de trabalho, etc. e, portanto, precisamos de proteção. Por outro lado, no trabalho, cada um de nós, individualmente, não tem o poder que tem o patrão. O patrão dispõe do poder de oferecer, ou não, trabalho. O trabalhador não está em pé de igualdade e, portanto, há aqui um equilíbrio entre a liberdade individual e a proteção das nossas fragilidades, que tem como ancoradouro histórico a contratação coletiva.

Em 2009, na discussão levada a cabo na OIT sobre o Pacto Mundial para o Emprego, subscrito por 175 países – Conferência Intergovernamental na qual participei – na sua apresentação, foi lembrado que a Contratação Coletiva foi só o elemento mais importante de distribuição da riqueza em toda a segunda metade do século XX, à escala global. Pensemos então sobre o que pode estar em causa quando a dinâmica da contratação está a ser posta em causa, aqui, como em outros países. Talvez agora comece a haver algum despertar para o problema, uma vez que as coisas começaram a chamuscar na Finlândia, na Bélgica e noutros países. Estamos num tempo em que é muito importante agir, e daí também saudar-vos por este debate. Não posso deixar de insistir, a Contratação Coletiva é instrumento de liberdade, de liberdade individual. A ideia que se tenta vender aos mais jovens, de que “tu és livre, para que é que estás sujeito a um contrato”, é uma fraude! A sustentação da proteção face às fragilidades é o que nos permite poder ser livres. E o papel de cada um na produção da riqueza é resultado de uma participação coletiva articulada e organizada.

E, para haver organização dos trabalhadores o que é que é preciso? Liberdade, espaço para a organização, negociação e responsabilização. Lá estou a voltar à carga com a palavra responsabilização. Mas é preciso!

NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Estive recentemente num júri de doutoramento onde a doutoranda, candidata com um trabalho interessantíssimo sobre acidentes de trabalho, essencialmente, sobre o que acontece aos trabalhadores depois do acidente. Dizia ela que, para contrapor a esgotamentos de velhas relações de trabalho, temos de ter em conta as novas formas de organização do trabalho e os espaços e os tempos em que o trabalho se efetiva. Isto já diz qualquer coisa. Mas atenção, as relações de trabalho, as velhas como as novas, são um processo. Não se substitui o velho processo das relações de trabalho, apenas por um olhar novo sobre as formas de organização. Por isso, consinto e digo Sim

Senhor: analisemos as novas formas de organização e de prestação do trabalho, mas também como se faz a sua gestão; quem são os atores e quais os seus papéis; como é que os trabalhadores estão na sociedade; como se podem movimentar dentro e fora do trabalho; qual a situação da família na sociedade; como é a relação trabalho/família e a relação do trabalho com a sociedade. Temos de considerar tanto o quadro de poderes como as relações de poder. Por exemplo, em nome da crise, em Portugal a transferência de poder efetivo de riqueza dos trabalhadores para o capital, a partir de 2012, é de cerca de 3.000 milhões de Euros por ano.

Estabelecer um novo sistema de relações de trabalho ignorando essa transferência é consumir, em nome da emergência, uma relação que já não permite a mesma distribuição de riqueza e de poder que permitia anteriormente. Portanto, é preciso analisar poderes e relações de poder. E, a partir daí, vemos como se podem desenvolver os processos de negociação.

SENTIMENTOS DE INCOMODIDADE

Vou terminar esta apresentação deixando duas últimas ideias. Vamos comprometer-nos com a criação de sentimentos de incomodidade; podemos ter medo – ter medo não fica mal a ninguém, pois é preciso é ter a noção do perigo e sermos conscientes – mas não nos submetemos.

O novo cenário político reclama grandes mudanças. Mudanças essas que não se alcançarão facilmente, mas se conseguirmos que o governo dê pequenos passos corajosos e com dignidade, que rompam com o retrocesso, que criem confiança e responsabilidade nos cidadãos para construírem melhor futuro, isso já será um grande passo.

Conhecemos a realidade em que vivemos, as grandes limitações que nos tolhem. Contudo, se em vez de dizermos que não fazemos mais porque temos medo, dermos pequenos passos a partir de situações em que nos sentimos incomodados, vamos conseguir mudar. Damos um pequeno passo, tentar outro, persistir, não ter hesitação quanto àquilo que deve ser o rumo a seguir. E nunca abdicarmos do sonho, nem da liberdade.

Manuel Carvalho da Silva